



Heloísa Helena quer saber por que a Telemar aplicou R\$ 15 milhões na Gamecorp

Heloísa e Virgílio cobram investigação

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) cobrou do Congresso Nacional a abertura de processo investigatório para saber os reais motivos que levaram a Telemar a aplicar cerca de R\$ 15 milhões na Gamecorp, produtora de videogames que tem como sócio majoritário Fábio Luiz Lula da Silva, filho do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Heloísa Helena considerou estranho o fato de a Telemar manter parcerias com 40 empresas do setor de jogos e conteúdo multimídia e se associar a apenas uma delas. A senadora solicitou do Congresso rigor nas investigações sobre tráfico de influência.

Também o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), exigiu explicações para os aportes financeiros em benefício da empresa do filho do presidente. “É muito dinheiro em jogo”, disse Virgílio.

Documentos em poder do Ministério da Justiça serão cruzados com ajuda de *softwares* e sob a vigilância de câmeras ligadas 24 horas por dia

CPI começa a analisar conta de Duda no exterior

Com a ajuda de quatro computadores equipados com *softwares* de cruzamento de informações, a CPI dos Correios começa a examinar os documentos relativos à movimentação bancária do publicitário Duda Mendonça na conta Dusseldorf nas Bahamas. Os deputados Osmar Serraglio (relator), Maurício Rands e Eduardo Paes (sub-relatores) estiveram ontem na sede do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça, para ter acesso às informações. Em oito caixas, os documentos foram enviados

em novembro de 2005 ao Ministério da Justiça, nos termos de um acordo de cooperação entre Brasil e Estados Unidos. Os papéis não poderão ser retirados da sede do órgão, onde foram instaladas câmeras de vigilância que ficarão ligadas 24 horas por dia. Mas poderão ser citados no relatório da CPI, a ser apresentado no fim deste mês.

O compartilhamento de provas entre o Ministério da Justiça e a CPI foi autorizado em 23 de fevereiro, a pedido da Promotoria Distrital da cidade de Nova York. A decisão é resultado de negociações conduzidas por representan-

tes da CPI dos Correios, que realizaram recente missão aos Estados Unidos.

O exame dos papéis provoca uma nova discussão: o prazo de funcionamento da CPI deve ou não ser prorrogado? O senador Romeu Tuma acredita que sim. Membro da comissão, Tuma afirma que um prazo adicional entre 15 e 30 dias é admissível em benefício do levantamento de informações mais consistentes para o relatório final. Mas o relator Osmar Serraglio, embora seja a favor de um exame aprofundado das novas provas, teme que a campanha eleitoral prejudique a prorrogação.



A secretária de Justiça, Cláudia Chagas (E), ao lado de Eduardo Paes e Maurício Rands, explica as condições do acesso da CPI aos documentos



Tuma pediu à Polícia Federal que se manifestasse sobre a autenticidade do documento

Falta o original da chamada "lista de Furnas"

A falta do original da “lista de Furnas” prejudica o exame sobre a veracidade do documento. A informação é do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Paulo Lacerda, em carta lida em Plenário pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). O questionamento à Polícia Federal foi feito pelo próprio Tuma.

A lista, supostamente distribuída pelo lobista Nilton Monteiro, contém dezenas de nomes de políticos que teriam recebido dinheiro da companhia de eletricidade Furnas antes das eleições de 2002. O dinheiro teria sido repassado pelo ex-diretor Dimas Toledo, o qual negou a autoria da lista em depoimento à CPI dos Correios.

Tuma pediu ainda a publicação, nos Anais do Senado, do artigo “Alguma coisa está errada por aqui”, do médico Miguel Srougi, publicado pela *Folha de S. Paulo*.

Senador cita ações do Ministério do Meio Ambiente para combater a grilagem de terras e o desmatamento ilegal, e Heloísa Helena diz que poria a mão no fogo pela ministra

Tião Viana defende Marina Silva de críticas sobre a Amazônia

O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu ontem a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, senadora licenciada. Ele leu da tribuna nota distribuída pelo ministério, em resposta a críticas da revista *Veja* sobre o trabalho do governo na área.

Na nota, o ministério informa todas as ações que vem realizando para combater a grilagem e o desmatamento ilegal na Amazônia. Diz que a Polícia Federal já desenvolveu nove operações na região nos últimos anos e que o desmatamento no estado do Pará caiu 31% de 2004 a 2005.

– A ministra Marina Silva é um exemplo de vida pública – sustentou Tião Viana, que considerou



Para Tião Viana, a ministra do Meio Ambiente é um exemplo de vida pública

injustas as críticas da revista.

Em apartes, as senadoras Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Heloísa Helena (PSOL-AL) e o senador Romero Jucá (PMDB-RR) manifestaram solidariedade à ministra. Heloísa ponderou que aprendeu

na política a não colocar “a mão no fogo” por todo mundo.

– No caso da ministra Marina, ponho a mão no fogo. Mas só por ela – disse.

Na presidência da sessão, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) também manifestou apoio à ministra.

A senadora Ana Júlia Carepa informou que pretende processar, pela segunda vez, a revista *Veja* pelo que publicou envolvendo seu nome.

– Este é o preço que se paga por combater a grilagem de terras públicas – afirmou, acrescentando que o Ministério do Meio Ambiente deve ter atingido interesses de madeireiros.

Ana Júlia: “Querem me intimidar com calúnias”

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou, da tribuna, que as notícias envolvendo seu nome em denúncias de irregularidades nas licenças de desmatamento no Pará são resultado de sua luta contra a grilagem de terras públicas. Sustentou que as denúncias se mostraram falsas, mas ela continua sendo vítima de “calúnias em órgãos da imprensa”.

– Não me perdoam por minha luta contra a grilagem, por meu combate à violência no campo. Não me perdoam por ter rasgado na CPMI da Terra um voto em separado feito a mando dos latifundiários. Agora, querem me intimidar – disse a senadora.

Para ela, a atuação do governo



Ana Júlia diz que denúncias envolvendo seu nome são retaliação por seu trabalho

contra grileiros e madeireiros ilegais vem dando certo no Pará, onde o índice de desmatamento apresenta queda. Por isso, a senadora manifestou disposição de continuar o trabalho, tendo agora como respaldo a nova lei

de gestão das florestas públicas, aprovada recentemente pelo Congresso.

– Pensam que serei candidata e, por isso, caluniam e me atingem. Mas eu tenho coragem para enfrentar essa bandidagem. Tenho o couro curtido – acrescentou, ressaltando que o setor madeireiro “não é integrado só por bandidos. A maior parte trabalha de forma legal e honesta”.

Em aparte, a senadora recebeu solidariedade do senador Sibá Machado (PT-AC). Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF) destacaram o trabalho da ministra Marina Silva, do Meio Ambiente.

Sibá registra sanção da lei que regulamenta a gestão de florestas

Ao registrar a sanção presidencial do projeto de lei que regulamenta a gestão de florestas públicas, cria o Serviço Florestal Brasileiro e institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, o senador Sibá Machado (PT-AC) informou que 15 milhões de hectares de terra poderão ser trabalhados de forma sustentável a partir do próximo ano.

– As empresas passarão por licitação, terão que ser certificadas e com endereço certo. E as terras continuarão sendo da União – destacou.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Sibá: a floresta passará a gerar impostos e empregos e poderá ser fiscalizada

Segundo Sibá, a floresta, que hoje é explorada de forma predatória, passará a gerar impostos e empregos, e poderá ser fiscalizada pelo governo e pela população.

Serys denuncia Bayer pela venda de defensivo agrícola ineficaz

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) fez ontem críticas à multinacional Bayer CropScience. Para ela, vários produtores rurais do país utilizaram, na safra 2003/2004, um fungicida da Bayer para proteger as plantações de soja da ferrugem asiática. O produto não teria dado o resultado esperado e os prejuízos com a doença superaram R\$ 2 bilhões.

– Os produtores estão arcando sozinho com o prejuízo e tendo que recorrer à Justiça para serem ressarcidos – afirmou Serys.

Segundo a senadora, a empresa



Empresa tenta se defender chamando agricultores de ignorantes, afirma Serys

teria responsabilizado as chuvas pela ineficácia do produto e tratado os agricultores por “caipiras ignorantes”, incapazes de utilizar corretamente o fungicida.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão de hoje, às 9h, é não deliberativa. Sem votação de projetos, ela é destinada a pronunciamento dos parlamentares. Na terça-feira, quando a votação dos projetos será retomada, os senadores analisam uma pauta com seis medidas provisórias (MPs), que trancam os trabalhos do Plenário. A maioria das propostas reajusta salários do funcionalismo ou libera crédito extraordinário para a administração pública.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Suplicy, Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti e pelas senadoras Heloísa Helena, Serys Slhessarenko e Ana Júlia Carepa



Segundo Lúcia Vânia, presidente Lula usa o programa para garantir reeleição

Para Lúcia Vânia, farmácia popular é usada em campanha

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que “o presidente Lula está tentando garantir sua reeleição usando as farmácias populares”. Segundo ela, o presidente anuncia o programa “como panacéia para resolver a questão dos altos preços dos medicamentos”.

A senadora acusou o programa Farmácia Popular de contrariar os princípios do Sistema Único de Saúde, que teria, entre seus objetivos, a distribuição gratuita de medicamentos.

– Se quisesse beneficiar a população carente, o governo estaria trabalhando, desde que assumiu, para ampliar a distribuição de medicamentos – assinalou.



Pequenos produtores no Nordeste enfrentam nova seca, alerta Valadares

Valadares pede solução para dívida dos agricultores

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) conclamou os senadores a solicitarem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a edição de uma medida provisória sobre a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores do semi-árido nordestino. Valadares lembrou que o presidente pode vetar o projeto (PLC 142/05) aprovado pela Câmara e pelo Senado durante a convocação extraordinária e que trata da repactuação das dívidas dos produtores do Nordeste.

– O pequeno agricultor nordestino precisa dessa repactuação para obter novas fontes de financiamento – disse Valadares, alertando para os efeitos da seca que avança na região.

Concentração de ações sociais teria descaracterizado a finalidade educativa original do Bolsa-Escola e estaria sendo usada para a obtenção de votos, afirma o senador

Cristovam vê prejuízo na "mistura de programas" no Bolsa-Família

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou ontem a concentração dos programas sociais do governo federal no Bolsa-Família, o que teria descaracterizado a finalidade educacional do antigo Bolsa-Escola. Na opinião do parlamentar, o fim desse programa específico, vinculado ao monitoramento da frequência escolar, foi um retrocesso, apesar do aumento de famílias beneficiadas.

– Eu não digo que o Bolsa-Família seja ruim, mas não emancipa – afirmou.

Cristovam também considera equivocada a passagem da gestão do programa do Ministério da Educação para o Ministério do Desenvolvimento Social. Segundo observou o senador pelo Distrito Federal, a “mistura de programas” teria sido prejudicial por ter gerado uma perda de nitidez, com viés eleitoral, “para não dizer eleitoreiro”.

– Ao não haver uma cobrança, a família se sente como se estivesse recebendo um favor e aí se



Na opinião de Cristovam, programa não emancipa e reacende o paternalismo

aproxima de quem faz o favor. É o velho paternalismo. O que o governo fez foi sair do futuro e ficar preso ao presente, deixar de construir uma nova geração para ganhar a próxima eleição – opinou.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse concordar com a avaliação de Cristovam Buarque, dizendo que o Bolsa-Família desvirtuou o propósito do Bolsa-Escola.

Gripe aviária

Em nome do líder do PDT, Osmar Dias (PR), Cristovam

propôs que o governo nomeie “uma espécie de xerife” para coordenar suas ações na prevenção e combate à gripe aviária. Para o parlamentar, os ministérios da Saúde e da Agricultura e a Receita Federal hoje disputam a primazia dessa função.

Cristovam alertou para o fato de que a contaminação tem se dado, ordinariamente, de ave para ave. Mas o vírus, ponderou ele, que pode sofrer uma mutação em algum momento do futuro, também poderá vir a ser transmitido de pessoa para pessoa.

– Daí a necessidade de que sejam tomadas todas as providências necessárias, o quanto antes, para que o Brasil não venha a ser surpreendido pelo vírus H5N1 – alertou ele.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) concordou com Cristovam Buarque e disse que um dos seus filhos, que é médico, escreveu artigo para uma revista de grande circulação afirmando que o H5N1 poderia alcançar o Brasil.



Bispos simpatizantes de Lula agora manifestam frustração, afirma Agripino

Agripino endossa críticas da CNBB ao governo Lula

José Agripino (RN), líder do PFL, afirmou da tribuna que o recado dado na quarta-feira pelo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Odilo Scherer, é simples: “O Brasil está ficando para trás e quem está no governo não sabe o que fazer”.

O parlamentar lembrou que os bispos sempre foram simpatizantes de Lula e, agora, passados três anos de governo, manifestam sua frustração. José Agripino voltou a criticar o baixo crescimento do país em 2005, observando que outros países emergentes “tiveram crescimento de duas a três vezes maior”.

Mozarildo cobra empenho para apurar acusações sobre Jucá



Mozarildo protesta contra o fato de Jucá ter chamado governador de Roraima de "bandido"

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou ontem da Mesa, da Corregedoria e do Conselho de Ética do Senado providências sobre acusações de corrupção contra o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo Mozarildo, o Conselho de Ética não tem se empenhado em apurar três representa-

ções contra Jucá, uma delas formulada pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), a título de pedido de esclarecimentos, e as outras duas por um jornalista de Roraima. O discurso foi uma reação a pronunciamento feito por Jucá no dia 21, em que ele acusou o governador de Roraima, Ottomar Pinto (PSDB), de comandar a invasão de sua residência e de seu escritório em Boa Vista por equipes de filmagem. Mozarildo protestou contra o fato de Jucá ter chamado Ottomar de “bandido” e atribuiu o conflito às disputas políticas regionais.

– Espero que todas as denúncias sejam apuradas: as do senador contra o governador e as contra o senador que estão dormitando no Conselho de Ética, para que não sejam engavetadas, não prescrevam e não percam o objeto – disse o senador.

Jucá anuncia que apresentará denúncia contra Mozarildo



Jucá diz que não se furta a prestar esclarecimentos ao Conselho de Ética

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) acusou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) de ter, em discurso proferido ontem, se pronunciado a serviço do governador de Roraima, Ottomar Pinto (PSDB), e anunciou que vai protocolar denúncias de corrupção contra o senador.

– Não fui eu que desviei recursos públicos da 4ª Secretaria do Senado. Não fui eu que falsifiquei declaração para filha minha ser juíza – afirmou o senador pelo PMDB. Jucá também disse que tem cobrado do Conselho de Ética o andamento de processos contra si e que não se furta a prestar esclarecimentos. As denúncias, informou, foram feitas por um jornalista pago pelo governo de Roraima, Márcio Acioli. Segundo ele, as acusações são “infundadas” e “levianas”.

– Há 16 anos que me atacam e nunca conseguiram provar nada – declarou.

Jucá, que é candidato da oposição ao governo estadual, reafirmou denúncia de invasão de sua residência e de seu gabinete por pessoas “que trabalham para Ottomar Pinto”. Para Jucá, Mozarildo defende o governador por estar postulando a candidatura ao Senado na chapa de Ottomar.



Arthur Virgílio critica ainda desempenho econômico aquém do prometido

Reação oficial é autoritária, afirma Arthur Virgílio

Arthur Virgílio (PSDB-AM) condenou a atitude do governo Lula diante das críticas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), especialmente de seu secretário-geral, dom Odilo Scherer, à insuficiência de investimentos na área social e ao excesso de lucros dos bancos. Para o senador, o governo “mais uma vez demonstra autoritarismo e intolerância”.

O líder do PSDB criticou ainda o desempenho econômico do governo, com o crescimento do produto interno bruto (PIB) tendo ficado em apenas 2,3% em 2005, contra as promessas de campanha de crescimento da ordem de 4% a 5%.



Fotos: Rosewell/Pinheiro
Paim adverte que empresas tradicionais que atuam no setor podem deixar o país

Paim alerta para gravidade da crise no setor calçadista

O senador Paulo Paim (PT-RS) advertiu ontem que a crise enfrentada pelo setor calçadista, com reflexos diretos nas economias do Rio Grande do Sul e de São Paulo, pode provocar a saída de empresas brasileiras para países onde o câmbio é mais favorável. Ao contrário do que ocorreu em crises anteriores, as empresas tradicionais do setor não tendem mais a procurar regiões como o Norte e Nordeste, mas principalmente países como a China e a própria Argentina, que integra o Mercosul, disse ele.

Aposentados

Paim informou ainda que a Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal vai realizar, na próxima segunda-feira, audiência pública, com a presença de sindicalistas, para discutir a atual situação da Previdência Social e alternativas que possam assegurar benefícios aos aposentados e pensionistas. Ele defende o fim do uso do chamado fator previdenciário para o cálculo da aposentadoria e a opção por critérios que levem em consideração os rendimentos dos últimos 36 meses trabalhados.

Na terça-feira, segundo o senador, a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo também realizará audiência pública para discutir o projeto de lei do governo federal que eleva o valor do salário mínimo para R\$ 350. Deverão participar do encontro prefeitos e representantes do funcionalismo municipal.



Eduardo Suplicy aguarda presença da diretoria do BC em audiência na CAE

Ex-presidente afirma que seu governo atingiu índices nunca mais alcançados, como as menores taxas de pobreza e de desemprego no Brasil, e maior crescimento do PIB

Cruzado beneficiou população mais pobre do país, diz Sarney

O Plano Cruzado foi uma das mais importantes e corajosas medidas adotadas em benefício do povo brasileiro, sobretudo os mais pobres, afirmou ontem o senador e ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP), ao registrar o 20º aniversário da medida econômica por ele instituída, em 28 de fevereiro de 1986.

Graças ao Cruzado, relatou Sarney, o país atingiu números favoráveis até hoje não alcançados novamente, como os menores índices de pobreza e de desemprego, os melhores saldos na balança comercial e os maiores crescimentos no produto interno bruto (PIB).

O senador disse que enfrentou inúmeras adversidades e atribuiu à falta de respaldo político os problemas que atingiram o plano. Observou que o Brasil tinha uma dívida externa impagável, vivia os efeitos de uma crise do petróleo e sofria a perspectiva de uma hiperinflação.

Além disso, lembrou, por ter chegado ao cargo em virtude da doença de Tancredo Neves,



Sarney salienta que enfrentou inúmeras adversidades, inclusive no campo político

não contava com um partido para apoiá-lo e nem sequer tinha participado da elaboração do programa de governo ou escolhido os ministros.

Sarney revelou que a fórmula inicial que lhe fora apresentada traria como conseqüências recessão, restrições nos investimentos e desemprego. Por entender que, por esse caminho, dificilmente teria condições de conduzir o país para a democracia, ele autorizou o ministro João Sayad a elaborar um plano heterodoxo, nos moldes das experiências de Israel.

Aplausos ao governo por não alterar vale-transporte

Vários senadores aplaudiram, ontem, o governo por ter voltado atrás na intenção de incorporar o vale-transporte ao salário dos trabalhadores. A medida, adotada recentemente por medida provisória (MP 280), foi revogada mediante outra medida (MP 283).

– Fiz chegar aos líderes do governo que tínhamos dificuldade de aprovar o fim do vale-transporte. Afinal, ele é uma conquista irremovível dos trabalhadores – afirmou o senador José Sarney (PMDB-AP), que assinou, como presidente da República, há 20 anos, a legislação que criou o

vale-transporte.

Sarney salientou que o vale-transporte pôs fim “à revolta popular” contra os constantes aumentos de passagens de ônibus, em decorrência da elevada inflação.

– Se for possível aumentar mais os salários, que se aumente, mas não se acabe com o vale-transporte – acrescentou o parlamentar.

Para Romeu Tuma (PFL-SP), o vale-transporte trouxe tranquilidade aos trabalhadores, que antes faltavam mais ao trabalho, no fim do mês, por não ter dinheiro para pagar as passagens. Paulo

– Secretamente, sem que ninguém soubesse, autorizei Sayad a enviar a Israel o Pérsio Arida, para estudar em profundidade o plano desenvolvido naquele país. Na volta, Arida nos deu as linhas gerais do plano. Eu sabia que tínhamos uma dificuldade grande, que era estabelecer um pacto interno através do qual as forças políticas sustentariam as dificuldades que seriam encontradas durante o processo – relatou o ex-presidente. Informou que criou, então, um grupo de trabalho para elaborar o plano e que tudo correu em sigilo.

Sarney destacou que, paralelamente, foram desenvolvidas ações sociais relevantes, como os programas do leite, de suplementação alimentar para nutrízes e de redução da mortalidade infantil.

Edison Lobão (PFL-MA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Romero Jucá (PMDB-RR) e José Agripino (PFL-RN) exaltaram a coragem de Sarney em implantar o plano. Heloísa Helena (PSOL-AL) ressaltou o comportamento democrático do ex-presidente.

Paim (PT-RS), um dos primeiros a se manifestar, semana passada, contra a pretendida mudança, informou que “até agora” não descobriu quem foi o autor da idéia do fim do vale-transporte.

A decisão de não alterar o vale-transporte foi também elogiada por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Romero Jucá (PMDB-RR). Eles enalteceram ainda o governo de José Sarney. Jucá disse que começou a vida política na sua administração e Valadares assinalou que nunca o estado de Sergipe recebeu tantas verbas quanto aquele governo.



Zambiasi destaca que projeto de sua autoria já tem parecer favorável da CCJ

Zambiasi sugere horário flexível para a Voz do Brasil

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu a flexibilização da obrigatoriedade de transmissão do programa a *Voz do Brasil*. Instituído em 1935, é composto por notícias dos três Poderes e tem de ser transmitido de segunda a sexta-feira, das 19h às 20h, por todas as emissoras de rádio do país.

O senador lembrou que, em entrevista, o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, declarou que o noticiário não pode ser imposto e que vai dar prioridade para um projeto da Casa que flexibiliza a exibição do informativo.

Zambiasi destacou que, em 2003, apresentou projeto (PLS 53/03) que mantém a obrigatoriedade de transmissão do programa, porém deixa sob a responsabilidade das rádios a escolha do horário, dentro da faixa das 18h às 23h. Assinalou que a matéria já conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ele afirmou que, com um horário obrigatório e fixo, as emissoras ficam impossibilitadas de informar a situação do trânsito, clima e calamidades, bem como transmitir eventos esportivos e culturais. Zambiasi disse que, em determinados dias, os ouvintes da Rádio Senado (91,7 FM) deixam de acompanhar votações importantes do Plenário em virtude da transmissão do informativo. Romeu Tuma (PFL-SP), que presidia a sessão, destacou a importância da *Voz do Brasil* para os lugares mais isolados do país.

Suplicy vê condições para uma redução maior da taxa de juros

Ao lamentar o baixo crescimento registrado pela economia brasileira em 2005 (2,3%), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu uma redução maior da taxa Selic. Ele opinou que a ociosidade na linha de produção das indústrias, a supervalorização do câmbio e a inflação sob controle permitem que a taxa básica de

juros do país possa cair entre 1,5 a 2 pontos percentuais.

O senador manifestou, em discurso, a expectativa de que na próxima terça-feira o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, vá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), junto com os nove diretores integrantes do Comitê de Política

Monetária (Copom), para esclarecer detalhes sobre as reuniões que definem a taxa de juros do país. Suplicy foi incumbido pelo presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), de agendar a reunião com Meirelles.

Como o comitê começa a discutir na tarde de terça-feira a nova taxa básica de juros do país,

Suplicy propôs que a reunião de Meirelles e dos diretores do BC com os senadores da CAE seja realizada na manhã daquele dia. O senador lembrou que a sugestão para o comparecimento dos integrantes do Copom ao Senado foi feita pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em reunião da própria comissão.